



## QUAL O LUGAR DA ESCOLA FRENTE AO TEMA DROGAS?

Helena Maria Medeiros Lima<sup>1</sup> - PUCSP  
Vera Maria Nigro de Souza Placco<sup>2</sup> - PUCSP

Eixo - Educação e Saúde  
Agência Financiadora: CAPES

### Resumo

A questão das drogas segue como tema de difícil compreensão e manejo no cotidiano escolar, sendo o professor constantemente solicitado a posicionar-se frente a problemas cada vez mais frequentes e complexos. Estudo com setenta alunos-professores de um curso de Mestrado em São Paulo procurou investigar que formação e que fatores interferem nas possibilidades de desenvolvimento de trabalhos relacionados ao tema drogas por estes profissionais. A amostragem foi intencional, composta por 87% de professoras, faixa etária entre 25 e 55 anos, majoritariamente oriundos de faculdades particulares e formação nos ensinos fundamental e médio do Ensino Estadual Público. Cerca de 40% tem duas graduações, sendo a segunda em Pedagogia. O estudo contemplou entrevistas autoaplicáveis individuais e grupos focais. Como resultados, os alunos-professores afirmam ter tido, em toda sua formação profissional (do Ensino Fundamental à segunda graduação) apenas palestras e trabalhos em grupo sobre o tema drogas, estratégia que se repetia em sua atuação como docentes. Apresentaram pouco conhecimento de termos técnicos como "dependência química", "redução de Danos", "efeitos das drogas"; não conhecem instituições formadoras de profissionais de Educação na área de drogas e verbalizam ideias pautadas no senso comum e na mídia, sem crítica, como os conceitos de "vício", "escalada das drogas" e "impossível usar droga sem ser dependente". Foram unânimes (1) a referência a problemas relacionados a drogas em suas vidas particulares, com cônjuges, filhos e parentes; (2) a ausência de curiosidade sobre o tema; (3) o desconhecimento da estratégia de Redução de Danos; (4) o conhecimento de grupos anônimos de autoajuda como Alcoólicos Anônimos e (5) o medo da violência impetrada por traficantes no entorno e no interior da escola. Consideram a Escola o lugar ideal e o mais importante para se trabalhar o tema, porém sem especificar como/quando/com quem. Faz-se necessário fortalecer a Educação em Saúde no tema Drogas.

**Palavras-chave:** Educação e Saúde. Drogas. Formação Docente.

### Introdução

---

<sup>1</sup> Pós-Doutoranda em Educação: Psicologia da Educação pela PUC/SP, Bióloga e Doutora em Saúde Pública (USP), Psicóloga e Mestre em Psicologia Social (PUC/SP). E-mail: helenali@usp.br; helenalima40@gmail.com.

<sup>2</sup> Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Educação: Psicologia da Educação na PUC/SP. E-mail: vera.placco@pucsp.br.

A Escola é reconhecida como *locus* para formação em diversos temas da Saúde e diversos programas - desde a aplicação de vacinas no ambiente escolar, nos anos 1970, até o atual Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) - mas ainda não desenvolveu estratégias a médio e longo prazos para lidar com a capacitação docente frente ao tema Drogas.

O Saúde e Prevenção nas Escolas tem como focos a questão da prevenção à gravidez na adolescência e a prevenção ao contágio por Infecções Sexualmente Transmissíveis e aids, sendo implementado em mais de seiscentos municípios no Brasil e em vinte e seis estados da Federação (BRASIL, 2006). As bases para as atividades são o respeito aos Direitos Humanos, a compreensão da diversidade e o fortalecimento dos projetos significativos de vida. Apenas duas oficinas, a Oficina 4 - Drogas psicoativas e a Oficina 5 - Redução de Danos tratam do tema Drogas.

Este projeto, embora teoricamente tenha abrangência nacional, foi abandonado durante alguns anos e retomado em 2017 como proposta do Departamento de Infecções Sexualmente Transmissíveis e Aids do Ministério da Saúde.

No Estado de São Paulo um dos projetos mais relevantes é o Projeto Prevenção Também se Ensina, executado pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE - nas escolas da rede pública estadual de ensino desde o ano de 1996 e conta com o apoio do Programa Estadual de DST/Aids da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo.

Este programa tem como objetivo específico ser "um projeto de educação permanente que propicie condições para redução das vulnerabilidades de alunos e alunas" como amplo foco, "gravidez na adolescência, às DST/HIV/Aids, ao uso do álcool, tabaco e outras drogas" (FDE, 2012).

Seriam estas as duas grandes referências para capacitação docente no tema drogas, no Estado de São Paulo.

Frente às constantes demandas de professores para esclarecimentos sobre o tema drogas num curso de Mestrado Profissional em Universidade Particular no município de São Paulo, teve início uma inquietação sobre a formação que estes profissionais estavam tendo em seus percursos acadêmicos e sua rotina como professores, gestores e coordenadores de escolas públicas estaduais de São Paulo.

### **Referenciais Teóricos**

Em relação ao tema da Formação dos Professores - Identidade Docente - utilizou-se o referencial teórico de Claude Dubar, em que a constituição identitária se faz na tensão entre as

atribuições e as pertencas (DUBAR, 2009 p.49), e a integração deste conceito com as diretrizes da Aprendizagem do Adulto Professor (PLACCO e SOUZA, 2006).

A abordagem sobre o tema Drogas é pautada no paradigma da Redução de Danos (LIMA, 2010), em que se considera legítima toda intervenção educativa ou médica que respeite os direitos humanos e permita às pessoas que não querem, não podem ou não conseguem parar imediatamente de utilizar drogas que sejam atendidas e respeitadas. No paradigma da Redução de Danos a abstinência não é a única ou principal meta, porém é desejável (SEIBEL e TOSCANO, 2010). A Redução de Danos teve início na Inglaterra, nos anos 1920, com o Comitê Rolleston (SEIBEL e MESQUITA, 2010). Considera-se essencial na Redução de Danos a compreensão do ser humano frente à sua vida como um todo, e em relação às drogas em particular. Quais os riscos que corre utilizando determinadas drogas e quais as possibilidades de se reduzir os danos frente a determinados quadros existenciais?

O paradigma da Redução de Danos conflita diretamente com o vigente e prevalente paradigma Proibicionista, conhecido como "Guerra às Drogas", desenvolvido nos Estados Unidos e que tem como objetivo único promover a abstinência e o não-uso de qualquer droga por qualquer pessoa (SEIBEL e MESQUITA, 2010).

O Brasil incorporou e tomou como modelo de tratamento do tema Drogas o referencial norte-americano. O órgão máximo de resposta nacional frente ao tema é vinculado ao Ministério da Justiça - Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) - sendo durante muitos anos diretamente ligado ao Gabinete Institucional da Presidência da República. O tema "drogas" sempre foi tratado, no Brasil, como um tema exclusivo da Segurança Pública, como se ao reprimir o uso da droga essa possibilidade seria extinta.

Considerando-se que, antropologicamente, o uso de drogas acompanha o desenvolvimento das civilizações (SEIBEL e TOSCANO, 2010), considera-se impossível uma sociedade sem qualquer uso de droga. A constituição dos rituais que marcam e fundam a civilização e a cultura passam por algum uso ritualístico de droga.

No paradigma proibicionista o foco é o objeto-droga, e todas as ações visam sua eliminação do convívio humano. A Redução de Danos, pautada em estudos antropológicos, sociológicos, médicos, epidemiológicos, considera que essa ação é no mínimo inócua, pois desconsidera a gama de fatores humanos implicados no uso de psicoativos. Na Redução de Danos há primazia do fator humano, em seus aspectos socioculturais, para compreensão do fenômeno da dependência - tanto para o desenvolvimento de problemas relativos ao abuso de

substâncias como para a avaliação e implementação de estratégias eficazes para redução dos danos causados por esse abuso (LIMA, 2010).

A gestão política no Brasil centraliza as ações voltadas para prevenção, assistência e repressão em órgãos da Justiça, em detrimento das ações da Saúde. Os financiamentos e subsídios para intervenções provém de uma única fonte, a já mencionada SENAD, sendo que nos últimos dez anos houve proliferação de parcerias com as chamadas Comunidades Terapêuticas, unidades com base religiosa e sem seguir diretrizes do Sistema Único de Saúde ou Direitos Humanos, que cobram do governo e das famílias para internações compulsórias - sendo que já foi comprovado cientificamente que as internações à força têm como resultado mais de 90% de recaídas no primeiro mês pós-alta (SEIBEL e TOSCANO, 2010).

## **A Pesquisa**

Após conversas informais com os alunos-professores do curso de Mestrado Profissional, decidiu-se realizar um estudo mais completo sobre a formação destes alunos no que se refere ao tema drogas, bem como as condições dadas (ou não) pelas escolas para que se trabalhe com esse tema junto aos alunos, pais e comunidade escolar. O primeiro passo foi a elaboração de um instrumento de pesquisa, um questionário para autopreenchimento, com questões abertas e fechadas (múltipla escolha) sobre temas relativos à formação escolar básica, formação acadêmica, conhecimentos técnicos sobre drogas e questões relativas à vida pessoal. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi assinado por todos os participantes, sendo um TCLE coletivo. Foram aplicados 30 questionários a título de pré-teste, para realização de ajustes nas formulações das perguntas. Após a avaliação dos questionários do pré-teste, feitos os ajustes, foram aplicados 70 questionários, para duas turmas de mestrandos. Os questionários foram todos considerados válidos e as respostas foram tabuladas em planilha Excel.

## **Formação acadêmica**

Os entrevistados tiveram, em sua maioria (mais de 90%), formação básica em escolas estaduais públicas, assim como o Ensino Médio. Também 90% ingressaram na primeira graduação em Universidades Particulares, reproduzindo um ciclo já conhecido na Educação Brasileira (SAVIANI, 2008).

Relatam ter tido em sua formação - sempre em relação ao tema drogas - a trilogia: *Nada, Palestras, Trabalhos em Grupo*. E quando indagados sobre que ações e projetos

desenvolvem sobre o tema drogas, as mesmas respostas: *Nada, Palestras, Trabalhos em Grupo*. A exceção ficou por conta da referência ao Proerd, um projeto americano desenvolvido pela Polícia Militar, com base no paradigma Proibicionista, que foi mencionado por três entrevistados. Porém, essa não é uma atividade do professor: o policial entra em sala de aula, fardado e armado, e discursa sobre o "perigo das drogas", com foco no objeto-droga. O professor, nesse projeto, é apenas assistente, como um aluno. Esse projeto já foi avaliado por diversas instituições, porém dada a segurança que leva à escola, permanece como estratégia possível dentro das escolas públicas e particulares de todo o país (CARLINI, 2014).

Poucos entrevistados referiram-se a algum conhecimento sobre Redução de Danos, e relataram ter adquirido esse conhecimento participando do projeto Prevenção Também se Ensina, como docentes em escolas públicas estaduais de São Paulo. Cerca de 90% ignoram totalmente o que seria essa estratégia.

### **Curiosidade? Nenhuma!**

Os entrevistados não reconhecem os ansiolíticos, os barbitúricos e medicamentos psicotrópicos para indução do sono ou "calmantes" como drogas; são drogas apenas as drogas ilícitas, como cocaína, maconha e crack, o que vai de encontro à literatura (SEIBEL e TOSCANO, 2010): a cultura e a mídia definem o que é considerado "droga" e, na falta de ações específicas para crítica ou capacitação técnica, prevalece o senso comum.

Também em relação à possibilidade de uso de drogas sem que o sujeito se transforme em dependente (SEIBEL e MESQUITA, 2010), prevalece o senso comum: os entrevistados, em imensa maioria, consideram "impossível usar drogas sem ser dependente". Ou seja, o uso de álcool em brindes comemorativos, o uso pontual e esporádico de determinados psicoativos em situações específicas, tudo entra no "pacote": "usar é ser dependente". Os vários tipos e modalidades de uso de diferentes drogas não são conhecidos pelos entrevistados. Foi unânime, diante da questão "Que tipo de curiosidade você tem sobre o tema Drogas?", a resposta: "Nenhuma".

### **Escola como *locus* de formação permanente**

Os entrevistados trazem profundas contradições em relação ao papel do professor e a função da escola diante do tema drogas. Ao mesmo tempo em que afirmam que a escola é um lugar importante e privilegiado para se discutir o tema drogas, não desenvolvem quaisquer

ações relevantes e significativas. Também em relação à suas atribuições (DUBAR, 2005) e pertencças, não consideram que seja seu papel trabalhar com esse tema em sala de aula ou em projetos paralelos. Há inegável tensão entre o que relatam vivenciar no cotidiano, no enfrentamento de situações de embriaguez, tráfico e violência, e o que entendem que podem (ou devem) fazer a respeito. Essa tensão é aliviada quando se trata do Proerd, ou seja, a entrada direta da polícia na sala de aula apregoando "Guerra às Drogas", "Diga não às Drogas" e similares. Ou seja, os professores estão ancorados no paradigma proibicionista, tanto em sua crença pessoal - pois relatam problemas pessoais decorrentes do abuso de drogas por parentes e as soluções sempre relacionadas a internação, afastamento, separação - como em sua prática docente.

Placco e Souza (2006) trazem como elementos essenciais para o trabalho docente as questões de trabalho em grupo e temas específicos como Memória, Metacognição, Subjetividade, acrescentam como elementos formativos Saberes Docentes, Identidade, Autonomia e Consciência como categorias formativas. Ora, é possível incluir o tema Drogas em todos esses aspectos do trabalho formativo do adulto professor: partindo por exemplo de estudos sobre os efeitos bioquímicos de determinadas drogas que impulsionam ou prejudicam a memória, o pensamento, as relações sociais, passando pela questão da subjetividade e consciência e chegando à Autonomia. O que torna alguém dependente? São muitos fatores, sendo o mais relevante (SEIBEL e TOSCANO, 2010) a ausência de sentido na vida.

## **Religião**

Os entrevistados são, em relação à religião, maioria de católicos, espíritas e evangélicos, seguidos por ateus/ agnósticos, testemunhas de Jeová e praticantes de candomblé. A correlação entre religião e percepção de abuso de drogas, neste estudo, foi inconclusiva: o desconhecimento sobre uso, abuso e dependência perpassa todos os entrevistados de todas as religiões mencionadas.

Diferentes religiões abordam de maneiras distintas a questão do uso e abuso de drogas. Algumas mantém comunidades terapêuticas para as quais encaminham pessoas, em geral a pedido dos familiares; outras, simplesmente ignoram o tema ou não o consideram problemático (SEIBEL e MESQUITA, 2010). De qualquer modo, neste estudo não foi encontrada influência positiva ou negativa da religião ou dos líderes religiosos no que se refere ao tratamento dado ao tema Drogas - não havia um aluno-professor sequer de escolas particulares ou confessionais na amostragem.

## **Eventos escolares & Drogas**

Foram relatados como principais eventos da Escola que apresentavam situações problemáticas com abuso de drogas as festas, as viagens e as confraternizações de final de ano e formaturas. Alunos, professores e funcionários apresentando comportamentos considerados impróprios, desde as maneiras consideradas até criativas de se esconder o álcool e outras drogas até episódios de violência e medo.

Os entrevistados afirmaram que em todas as ocasiões o Coordenador Pedagógico ficava responsabilizado para solucionar os problemas; havia, porém, exceções: busca de soluções na internet, "vista grossa", ou mesmo "ninguém". Placco e Almeida (2006) trazem a questão do Coordenador Pedagógico frente aos temas da contemporaneidade e suas múltiplas atribuições e pertencas. Como conciliar sua função essencial, cuidar do percurso formativo do professor na escola, e as urgências e emergências cotidianas?

O papel do Coordenador Pedagógico frente ao tema drogas tem sido de prevenção do possível. "Apagar incêndios", "fiscalizar", ainda pautado no paradigma proibicionista. Sodelli (2010) problematiza: Qual a prevenção possível no cenário escolar? E ampliamos a questão: como trabalhar um tema que é perpassado pelo medo, pelos tabus e pela falta de conhecimento, em meio a um cotidiano assoberbado de afazeres?

## **Pais & Limites**

Cerca de 43% dos entrevistados afirmam que os pais não dão limites a seus filhos. Faria (2016) reitera a importância da presença dos pais - ou das figuras paternas - no cotidiano dos filhos como possibilidade de limite e de compreensão do mundo. Limite aqui compreendido como a noção básica do certo/errado, do público/privado, do pessoal/profissional. Limite como contorno entre ações coletivas impactadas por atitudes individuais.

As responsabilidades dos pais e dos professores têm-se confundido. Pais delegam a professores ensinamentos e saberes que são de sua responsabilidade, e professores se esquivam muitas vezes em delimitar atitudes e adjetivá-las como erradas por receio de perderem seus empregos (LIMA, 2010a).

Nesse cenário muitas vezes confusos em termos de atribuições e pertencas (DUBAR, 2005), as tensões sobrepõem-se e ocorre uma impunidade generalizada. Leis municipais, estaduais e uma lei federal (BRASIL, 2005) coibem o uso de tabaco em espaços fechados; algo similar se aplica ao álcool - porém, em relação a maconha, ao crack, aos ansiolíticos, aos

anabolizantes, às anfetaminas, não há marcos regulatórios legais e em geral prevalece a "solução emergencial": resolver aquele assunto, se possível afastar o "infrator" do convívio com os demais por algum tempo (suspensão) ou para sempre (expulsão), sem qualquer trabalho educativo ou formativo *a partir* do episódio (LIMA, 2010a).

### **Considerações Finais**

Não se trata de apenas apontar as falhas e dificuldades dos docentes e das escolas em geral em relação ao trabalho específico com o tema drogas; trata-se de propor espaços para se pensar sobre o assunto. Em que espaço físico da escola, com que periodicidade, com que estratégias, pode-se trabalhar o assunto com a comunidade escolar? Como despertar o interesse pelo tema na comunidade escolar, na perspectiva da desconstrução dos paradigmas proibicionistas "puros" e trabalho com Redução de Danos?

Qual o papel da escola frente ao tema drogas?

Sem dúvida, a escola precisa trabalhar seu papel informativo, que é necessário mas não suficiente. Silva (2015) apresenta como possibilidade a inclusão de temas relevantes para as diferentes comunidades - desde questões relativas a alimentação, nutrição, saúde bucal, problemas comunitários diversos - com as diferentes parcerias e formação de redes.

A questão da resiliência, ou seja, a possibilidade de se tolerar frustrações e dificuldades (SEIBEL e TOSCANO, 2010) parece ser muito importante ao se trabalhar com o tema Drogas em quaisquer espaços. Um dos fatores relevantes já amplamente documentados (SILVA, 2015) para desenvolvimento de dependência é a baixa tolerância à frustração.

A decisão de se trabalhar o tema drogas precisa ser coletiva, e uma das possibilidades é se iniciar sem abordar diretamente esse tema, mas iniciar com trabalhos de arte, comunicação, desenvolvimento pessoal. O uso de técnicas de teatro por professores pode ser de muita ajuda não apenas no trabalho com drogas, mas com diferentes temas dentro da realidade escolar (CATELLANI, 2013).

A questão da comunicação atravessa toda a problemática do lugar da Escola frente ao tema drogas: como a escola reconhece, nomeia e encaminha os problemas relativos ao abuso de drogas? Como os professores são e como poderiam ser capacitados a enfrentar os problemas pessoais e as dificuldades no cotidiano escolar seguindo o paradigma da Redução de Danos? Que melhorias traria para toda a comunidade escolar a separação entre as questões de segurança - relativas ao tráfico - e as questões de Educação e saúde? Ainda há muito o que se pensar e discutir sobre as ações relativas ao tema Drogas nas escolas do Brasil. O retorno do projeto



Saúde e Prevenção nas Escolas pode ser uma brecha para o início de novas e amplas discussões. Há muita demanda reprimida dos profissionais que carregam o ônus de serem "xerifes" em suas escolas, bem como a frustração diante dos problemas relacionados aos diferentes níveis de uso e abuso dentro do espaço da escola.

Abrir a escuta para as queixas, compreender as impossibilidades e resgatar os parceiros para prevenção efetiva e promoção de saúde - esse o desafio dos professores neste momento tão conturbado e complexo pelo qual atravessa o país, em que as polarizações e radicalismos permitem divulgações céleres de problemas e dificuldades, e ainda são poucas as propostas para soluções. O estudo apresentado ainda traz outras variáveis que ainda não foram analisadas, como a presença de professores na família, o uso pessoal de drogas, as soluções trazidas para os problemas da violência nos diferentes âmbitos de socialização, dentre outros.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Saúde e prevenção nas escolas**: guia para a formação de profissionais de saúde e de educação / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 160 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

BRASIL - **Política Nacional Sobre Drogas**. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas, 2005

CARLINI, Claudia. **Avaliação do PROERD**: prós e contras. Paper, Unifesp, 2014).

CATELLANI, Gabriel Veiga - **O Professor Comunicador** - A importância da Didática na sala de aula para a aprendizagem no ensino superior. Mestrado em Educação: Psicologia da Educação, 2013.

DUBAR, Claude - **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUBAR, Claude - **A crise das identidades**: a interpretação de uma mutação. São Paulo: Edusp, 2009.

FARIA, Michele Roman. **Introdução à Psicanálise de Crianças**: o lugar dos pais. São Paulo, Toro Ed., 2016.

FDE - Fundação para o Desenvolvimento da Educação. **Projetos Comunidade Presente e Prevenção Também se Ensina**: sugestões de atividades preventivas para HTPC e sala de aula / Fundação para o Desenvolvimento da Educação. - São Paulo : FDE, Diretoria de Projetos Especiais, 2012 .

LIMA, H.M.M. **Adesão ao tratamento de aids por pacientes com aids, tuberculose e usuários de drogas.** Curitiba: CRV Editora, 2010.

LIMA, H.M.M. **Nem Tudo é Doença:** reflexões sobre Educação e Saúde no Século XXI. São Paulo: Iglu Ed., 2010a.

PLACCO, VMN e ALMEIDA, L R. **O coordenador pedagógico e questões da contemporaneidade.** São Paulo: Ed. Loyola, 2006.

PLACCO, VMN e SOUZA, V.L T de (orgs). **Aprendizagem do Adulto Professor.** São Paulo: Ed. Loyola, 2006.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia.** Campinas, SP: Autores Associados, 2008. Coleção Educação Contemporânea.

SEIBEL, Sérgio e TOSCANO, Alfredo. **Dependência de Drogas.** SP: Atheneu Ed., 2010.

SEIBEL, Sérgio e MESQUITA, Fábio. **Consumo de Drogas - Desafios e Perspectivas.** RJ: Ed. Hucitec, 2008. Coleção Saúde Loucura (Textos); 14.

SILVA, Eroy (Org). **Vulnerabilidade, Redes e Resiliência.** São Paulo: Red Editora, 2015.

SODELLI, Marcelo. **Uso de Drogas e Prevenção.** São Paulo, Iglu Editora, 2010.